

# ÍNDICE

## CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1.	Razão de ser do inquérito .....	1
2.	Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil .....	2
3.	Fixação das atribuições da Polícia Civil .....	2
4.	Finalidade do inquérito policial .....	3
5.	Caracteres do inquérito policial .....	3
6.	Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial .....	4
7.	Prazo para a conclusão do inquérito .....	7
8.	Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito? ...	8
9.	É indispensável o inquérito? .....	8
10.	Qualificação direta ou indireta do indiciado .....	8
11.	O relatório .....	9
12.	A condução coercitiva do indiciado .....	9
13.	Como se inicia o inquérito policial? .....	9
14.	Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada? .....	10
15.	Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada? .....	13
16.	Modelo de portaria. Observações .....	13
17.	Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	16
18.	Modelo de requisição do Juiz. Observações .....	17
19.	Modelo de requerimento da vítima. Observações .....	19
20.	Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	22
21.	Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações .....	24
22.	Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	26

## CAPÍTULO 2

### DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1.	O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo .....	35
2.	Sentido da expressão “flagrante delito” .....	38
3.	Fundamento da prisão em flagrante .....	38
4.	As modalidades de flagrante .....	39
5.	Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante .....	40
6.	A prisão em flagrante como ato administrativo .....	42
7.	A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada .....	43
8.	Como se lavra um auto de prisão em flagrante .....	43
9.	Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto .....	44
10.	Prazo para a conclusão do inquérito iniciado através de auto de prisão em flagrante .....	45
11.	O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante .....	45
12.	O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais .....	46
13.	Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva? .....	47
14.	Observações sobre a prisão em flagrante .....	47
15.	Flagrante preparado e flagrante esperado .....	53

## CAPÍTULO 3

### DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Etimologia. Noções .....	57
2.	Conceito .....	60
3.	A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário? .....	60
4.	Característicos .....	61
5.	Princípios .....	62
6.	Divisão da jurisdição .....	64

7.	Competência .....	65
8.	Delimitação do poder de julgar .....	66
9.	Onde a causa penal deve ser julgada? .....	67
10.	Prerrogativa de função.....	70
11.	Conexão e continência .....	72

## CAPÍTULO 4

### DA AÇÃO PENAL

1.	Direito de ação .....	76
2.	O processo .....	77
3.	O processo, forma civilizada para a composição dos litígios .....	79
4.	Ação penal: conceito .....	79
5.	Classificação subjetiva da ação penal.....	80
6.	Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa ..	81
7.	As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir .....	81
8.	Condições específicas da ação .....	84
9.	Rejeição da denúncia ou queixa .....	85
10.	Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa? .....	86
11.	Pode o Promotor desistir da ação penal? .....	87
12.	Como se instaura o processo .....	87
13.	Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar? .....	88
14.	Que deve conter a denúncia? .....	88
15.	Modelo de denúncia .....	89
16.	Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito .....	89
17.	Prazos para a denúncia .....	90
18.	O despacho do Juiz recebendo a denúncia .....	91
19.	Outras observações .....	93
20.	Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências .....	95
21.	Observações .....	96

22.	Pode a autoridade policial deixar de realizá-la? .....	97
23.	Pedido de arquivamento: modelo .....	97
24.	Observações .....	98
25.	Arguição de incompetência: modelo .....	101
26.	Conflito de atribuições e de competência .....	103

## CAPÍTULO 5

### DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1.	Observações sobre a queixa .....	110
2.	A decadência do direito de queixa .....	112
3.	Procedimento do Juiz ao receber a queixa .....	113
4.	A queixa nos crimes contra a honra. A perempção .....	116
5.	O perdão .....	116
6.	Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa? .....	117
7.	As custas do processo .....	121
8.	Modelo de queixa .....	123
9.	Modelo de procuração .....	124

## CAPÍTULO 6

### DA DEFESA PRÉVIA

1.	É a defesa prévia obrigatória ou facultativa? .....	125
2.	Exemplo de defesa prévia .....	126
3.	Observações sobre a defesa prévia .....	126

## CAPÍTULO 7

### DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1.	O assistente de acusação .....	132
2.	Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? ..	132

3.	A função do assistente .....	133
4.	Ouvida do Ministério Público .....	134
5.	Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir? .....	134
6.	Atividade do assistente .....	135
7.	Em que hipóteses pode recorrer? .....	135
8.	Prazo para a interposição de recurso pelo assistente .....	137
9.	Pode o Poder Público intervir como assistente? .....	138
10.	A intimação da sentença .....	139
11.	Modelos de pedido de habilitação de assistente .....	139
12.	Modelo de procuração .....	140

## CAPÍTULO 8

### **DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO**

1.	O fato típico .....	142
2.	A antijuridicidade .....	143
3.	A culpabilidade .....	144
4.	A imputabilidade .....	145
5.	A importância do exame de sanidade .....	145
6.	Crítérios para aferir a inimputabilidade .....	146
7.	Os menores de 18 anos .....	147
8.	Os doentes mentais .....	147
9.	A embriaguez .....	148
10.	A fusão dos elementos etiológico e psicológico .....	149
11.	Como se comprova a inimputabilidade? .....	150
12.	Oportunidade para o exame de sanidade mental .....	152
13.	Legitimidade .....	153
14.	Procedimento .....	153
15.	Formulação dos quesitos .....	155
16.	A doença mental antes e depois da prática da infração .....	155
17.	Fica o Juiz vinculado à perícia? .....	156

## CAPÍTULO 9

### DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1.	Conceito de procedimento .....	157
2.	Processo e procedimento .....	157
3.	As alterações introduzidas no Processo Penal .....	160
4.	Formas procedimentais .....	163
5.	Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função .....	164
6.	Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função .....	176
7.	Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão .....	177
8.	Suspensão condicional do processo .....	182
9.	Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais .....	197
10.	Crimes da competência do Júri. A primeira fase .....	199
11.	Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação .....	200
12.	Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade .....	204
13.	A competência do Tribunal do Júri .....	211
14.	O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>verdicta</i> ...	212
15.	Organização e funcionamento do Júri .....	225
16.	Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação .....	250
17.	Modelo de sentença absolutória. Observação .....	251
18.	Modelo de sentença condenatória. Observação .....	252
19.	Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observação .....	253
20.	Questionário .....	258

## CAPÍTULO 10

### DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1.	O procedimento dos processos por crimes falimentares ...	274
2.	O foro competente .....	275
3.	O inquérito judicial .....	275
4.	É contraditório este inquérito? .....	276
5.	O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal? .....	278

6.	Quando é possível a denúncia no juízo criminal .....	279
7.	Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial .....	281
8.	Prazos .....	283
9.	A importância da sentença declaratória da falência .....	285
10.	A ação penal nas pequenas falências .....	287
11.	O procedimento dos processos por crimes de imprensa ...	290
12.	Os prazos prescricionais .....	291
13.	O procedimento .....	292
14.	Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa? .....	295
15.	O procedimento dos processos por crimes eleitorais .....	296
16.	O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observações .....	298
17.	Entorpecentes. Observações .....	302
18.	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos .....	312
19.	Os crimes contra a fauna .....	313
20.	Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores	314

## CAPÍTULO 11

### **DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO**

1.	O procedimento comum para os crimes apenados com detenção .....	316
2.	O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapasse um ano (reservados os crimes de trânsito) e que não se subordinem a procedimento especial .....	318
3.	O procedimento sumariíssimo .....	324
4.	O procedimento especial para os crimes apenados com detenção .....	327
5.	O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade .....	328
6.	O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observações .....	330
7.	Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	331

8.	Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento .....	332
9.	Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento .....	332
10.	Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento .....	332
11.	Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento .....	337
12.	Crimes contra a honra: procedimento .....	340
13.	Entorpecentes .....	347
14.	Crimes da Lei das Licitações .....	348

## CAPÍTULO 12

### DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1.	Preliminares .....	349
2.	O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP .....	350
3.	O novo rito .....	351
4.	Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP .....	352
5.	O procedimento especial .....	353
6.	Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações? .....	353
7.	O procedimento das contravenções eleitorais. Observações .....	354

## CAPÍTULO 13

### DAS ALEGAÇÕES

1.	Alegações finais: exemplo .....	358
2.	Observações sobre as alegações finais .....	360
3.	As alegações orais, ou debates, nos denominados "processos sumários". Observações .....	362

## CAPÍTULO 14

### DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Da prisão provisória .....	365
2.	Quando é necessária a prisão processual? .....	367



3.	A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível .....	368
4.	Da prisão preventiva .....	369
5.	Da prisão temporária .....	371
6.	Anotações sobre o flagrante .....	375
7.	Da liberdade provisória .....	376
8.	Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade .....	377
9.	Limites da fiança .....	383
10.	Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança .....	385
11.	Extinção .....	385
12.	Fiança sem efeito .....	386
13.	Reforço .....	387
14.	Fiança sem objeto .....	387
15.	Condenação .....	387
16.	Execução .....	388

## CAPÍTULO 15 DA SENTENÇA

1.	Sentença absolutória: exemplo .....	389
2.	Sentença condenatória: exemplo .....	390
3.	Observações sobre a sentença .....	392

## CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1.	Noções sobre o libelo .....	409
2.	Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada? .....	410
3.	Exemplo de libelo .....	410
4.	Observações sobre o libelo .....	411
5.	Libelo em série. Observações .....	412
6.	Outros modelos. Observações .....	413
7.	Contrariedade do libelo. Observações .....	416

## CAPÍTULO 17

### DAS NULIDADES

1.	Noções sobre atipicidade do ato processual .....	417
2.	Inexistência, nulidade e irregularidade do ato processual .....	418
3.	Nulidade absoluta .....	419
4.	Nulidade relativa .....	420
5.	Atos essenciais ou estruturais .....	421
6.	Atos não essenciais .....	421
7.	Formalidades essenciais .....	424
8.	Outra observação sobre nulidade absoluta .....	426
9.	Momento para a arguição da nulidade .....	427

## CAPÍTULO 18

### DOS RECURSOS

1.	Conceito. Generalidades .....	428
2.	Fundamento .....	430
3.	Pressupostos lógico e fundamental .....	431
4.	Classificação da sucumbência .....	432
5.	Pressupostos recursais objetivos .....	436
6.	Pressupostos recursais subjetivos .....	446
7.	Juízo de admissibilidade, ou prelibação .....	447
8.	Extinção anormal dos recursos .....	447
9.	Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial .....	449
10.	Recursos voluntários e necessários .....	450
11.	Efeitos dos recursos .....	452
12.	Unirrecorribilidade .....	455

## CAPÍTULO 19

### DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1.	Exemplo de interposição .....	457
2.	Exemplo de razões. Observações .....	458

3.	Considerações .....	461
4.	O recurso em sentido estrito .....	462
5.	É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?.....	464
6.	Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito? .....	464
7.	O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado? .....	465
8.	Prazo para razões e contra-razões .....	465
9.	Pode o Juiz retratar-se? .....	467
10.	E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer? .....	467
11.	A quem é endereçado o recurso em sentido estrito? .....	468
12.	Quando é que o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça? ....	469
13.	É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada? .....	470
14.	As decisões que comportam recurso em sentido estrito ....	471
15.	Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente) .....	480
16.	Efeitos .....	481

## CAPÍTULO 20

### DO RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Exemplo de interposição de recurso de apelo .....	483
2.	Exemplo de razões. Observação .....	484
3.	Exemplo de contra-razões .....	486
4.	Noções.....	495
5.	Quais as decisões que comportam o recurso de apelação? .....	495
6.	Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo? .....	497
7.	Como se interpõe a apelação? .....	498
8.	O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem .....	498
9.	Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões.....	499
10.	Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos? .....	500

11.	Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância? .....	501
12.	A quem é endereçado o recurso de apelo? .....	502
13.	Apelação plena e limitada .....	502
14.	Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância .....	504
15.	Pressupostos próprios do recurso de apelo .....	504
16.	Extinção anormal da apelação .....	512
17.	Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescisorium</i> ? .....	515
18.	A apelação sobe nos próprios autos? .....	518
19.	O § 4º do art. 593 .....	518
20.	A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação? .....	519
21.	Apelação sumária e apelação ordinária .....	519
22.	Efeitos do recurso de apelação .....	519
23.	Tem a apelação do assistente efeito suspensivo? .....	521
24.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	521

## CAPÍTULO 21

### DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1.	Modelo de interposição .....	529
2.	Noções .....	529
3.	É exclusivo da defesa? .....	530
4.	Quando cabe .....	530
5.	Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto? .....	531
6.	Pode a defesa protestar e apelar? .....	533
7.	Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri? .....	534
8.	Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento? ...	535
9.	Razão histórica do protesto .....	535
10.	Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada? .....	537

11. Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento? 538

## CAPÍTULO 22

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação 539
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça ..... 541
3. Considerações preliminares ..... 543
4. Os embargos infringentes e de nulidade ..... 544
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento 545
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância? 547
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar ..... 549
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia? ..... 549
9. Os embargos no STF ..... 549
10. Os embargos no STJ ..... 551

## CAPÍTULO 23

### DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo ..... 552
2. Generalidades ..... 553
3. Quando podem ser opostos ..... 554
4. A quem são dirigidos ..... 554
5. Procedimento ..... 554
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento? ..... 555
7. Quem pode interpor os embargos? ..... 555
8. Quem os julga? ..... 556
9. Os embargos na inferior instância ..... 556
10. Retratabilidade ..... 556

11.	Suspendem o prazo de outro eventual recurso? .....	556
12.	Extensão dos embargos declaratórios.....	557

## CAPÍTULO 24

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1.	Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observações .....	559
2.	Exemplo de razões .....	560
3.	Exemplo de contra-razões .....	562
4.	Observações sobre a carta testemunhável .....	564
5.	Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável? .....	565
6.	O prazo para ser requerida a carta testemunhável .....	566
7.	A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante .....	566
8.	Tem a carta testemunhável efeito suspensivo? .....	568
9.	Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância? .....	568
10.	Razões históricas da carta testemunhável .....	568
11.	Como se conta o prazo.....	569

## CAPÍTULO 25

### DA CORREIÇÃO PARCIAL

1.	Modelo .....	571
2.	Exemplo de razões .....	572
3.	Exemplo de contra-razões .....	574
4.	Generalidades .....	574
5.	Cabimento .....	575
6.	Admite-se a correição no processo civil? .....	576
7.	Origem .....	576
8.	Surgimento da correição no Estado de São Paulo .....	577

9.	É inconstitucional? .....	577
10.	É recurso? .....	578
11.	Procedimento .....	579

## CAPÍTULO 26

### DO “HABEAS CORPUS”

1.	Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito .....	582
2.	Considerações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	583
3.	Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica? .....	584
4.	A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	586
5.	Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? .	587
6.	Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício? .....	587
7.	Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ? .....	588
8.	A competência originária .....	588
9.	A competência recursal .....	597
10.	Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada? .....	599
11.	Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ? .....	599
12.	Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível? .....	600
13.	Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada? .....	600
14.	Alguns casos de <i>habeas corpus</i> .....	601
15.	As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	602
16.	Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Alçada	603
17.	Observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	609
18.	A sustentação oral do <i>habeas corpus</i> .....	610
19.	Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STF .....	610
20.	Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	611

21.	Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado? .....	612
22.	Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem? .....	613
23.	E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário? .....	613
24.	Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ? .....	614
25.	E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? .....	614
26.	Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular? .....	615
27.	O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório .....	616
28.	Finalidade do <i>habeas corpus</i> .....	619
29.	Apresentação do paciente .....	620
30.	Sanções .....	620
31.	Pedido de informações .....	621
32.	Intervenção do Ministério Público .....	621
33.	Como pode ser impetrada a ordem? .....	622
34.	Concessão .....	622
35.	Não-cabimento .....	623
36.	O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i> .....	624
37.	Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição? .....	624
38.	Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	625

## CAPÍTULO 27

### DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1.	Exemplo de interposição .....	628
2.	Exemplo das razões .....	628
3.	Os três tipos de recurso ordinário-constitucional .....	630
4.	O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta .....	631
5.	O recurso ordinário-constitucional .....	633
6.	Procedimento .....	634



## CAPÍTULO 28

### DA REVISÃO CRIMINAL

1.	Exemplo de propositura de revisão criminal .....	636
2.	Apresentada a petição, que providência deve ser tomada? .....	638
3.	Generalidades .....	638
4.	O erro judiciário e a coisa julgada .....	640
5.	A revisão <i>pro societate</i> .....	642
6.	A revisão criminal no Brasil .....	643
7.	A natureza jurídica .....	644
8.	Pressuposto primordial da revisão .....	645
9.	Oportunidade .....	646
10.	Legitimidade .....	646
11.	Pode o Ministério Público requerer a revisão? .....	648
12.	A revisão e a decisão do Júri .....	649
13.	Competência .....	651
14.	Os fundamentos do pedido .....	653
15.	Extinção da punibilidade .....	654
16.	Unificação de penas .....	656
17.	Revisão para aumentar a pena .....	656
18.	Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? ....	657
19.	Precisa o condenado recolher-se à cadeia? .....	657
20.	Conversão em diligência .....	658
21.	As regras dos arts. 621 e 626 do CPP .....	659
22.	Absolvição e revisão .....	659
23.	Prazo .....	659
24.	O pedido .....	660
25.	Procedimento .....	661
26.	Julgamento .....	662
27.	Improcedência .....	662
28.	Procedência .....	663
29.	Conseqüências .....	664
30.	Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	664

31.	Reiteração .....	667
32.	Sentença estrangeira .....	668
33.	A Justiça Eleitoral .....	668
34.	Morte do condenado .....	669
35.	A indenização. Nota .....	669

## CAPÍTULO 29

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.	Noções gerais .....	671
2.	Recurso extraordinário: conceito .....	671
3.	A denominação “extraordinário” .....	673
4.	Outras funções do STF .....	673
5.	Quando é cabível o recurso extraordinário? .....	674
6.	Legitimidade .....	675
7.	Procedimento .....	675
8.	Denegação. Recurso oponível .....	677
9.	Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....	678
10.	Problemas especiais .....	679
11.	Recurso extraordinário e recurso especial .....	680
12.	Modelo .....	681
13.	Súmulas do STF em matéria criminal .....	684

## CAPÍTULO 30

### DO RECURSO ESPECIAL

1.	O recurso especial .....	692
2.	Quando cabe .....	692
3.	Finalidade .....	695
4.	Procedimento .....	695
5.	Denegação .....	697
6.	Outras funções do STJ .....	697
7.	Súmulas do STJ em matéria criminal .....	698
8.	Súmulas do extinto TFR em matéria criminal .....	702

9. Modelos .....	703
------------------	-----

## **CAPÍTULO 31**

### **DOS AGRAVOS**

1. Os agravos no processo penal .....	723
2. O agravo de instrumento .....	723
3. Modelo de agravo de instrumento .....	727
4. O agravo em execução .....	734
5. Modelo de agravo em execução .....	736
6. O agravo regimental .....	740
7. Modelo de agravo regimental .....	741
8. O recurso inominado .....	743